

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/10/2022 | Edição: 189 | Seção: 1 | Página: 18

Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 722, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decretos vigentes no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19-A do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem dos atos normativos inferiores a decretos vigentes, conforme Anexo a esta Portaria, em consonância com o art. 19-A do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**VICTOR GODOY VEIGA**

### ANEXO

Portaria MEC nº 884, de 25 de abril de 2019 - Disciplina a tramitação de propostas de atos normativos e documentos sujeitos à apreciação do Ministro de Estado ou do Secretário-Executivo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Portaria MEC nº 1.321, de 7 de dezembro de 2018 - Aprova o regimento interno do Gabinete do Ministro de Estado da Educação.

Portaria MEC nº 1998, de 12 de novembro de 2019 - Disciplina o processamento de temas legislativos e parlamentares de interesse do Ministério da Educação - MEC.

Portaria SE nº 36, de 19 de janeiro de 2021 - Aprova o Manual de Procedimentos das Ações de Publicidade.

Portaria MEC nº 204, de 6 de fevereiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, e delega competência a dirigentes do Ministério da Educação e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona.

Portaria MEC nº 2.227, de 31 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 1.624, de 19 de setembro de 2019 - Estabelece procedimentos para o tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do Estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do Poder Judiciário e órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 2.171, de 20 de dezembro de 2019 - Institui Comitê Técnico das Auditorias Internas dos entes vinculados ao Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 1.917, de 1º de novembro de 2019 - Recompõe a Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 64, de 16 de janeiro de 2020 - Retifica a Portaria nº 1.917, de 1º de novembro de 2019.

Portaria MEC nº 992, de 6 de dezembro de 2021 - Institui as normas e procedimentos relacionados ao Serviço de Informações ao Cidadão da Ouvidoria do Ministério de Educação, de que trata o inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e revoga a Portaria MEC nº 2.121, de 12 de dezembro de

2019.

Portaria MEC nº 503, de 28 de maio de 2020 - Institui a Política de Governança do Ministério da Educação e dá outras providências, alterando seu art. 5º pela Portaria MEC nº 241, de 7 de abril de 2022.

Portaria MEC nº 563, de 30 de junho de 2020 - Aprova a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade do Ministério da Educação e dá outras providências.

Portaria MEC nº 1.036, de 7 de dezembro de 2020 - Aprova o Regimento Interno do Subcomitê Assessor ao Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 242, de 7 de abril de 2022 - Altera o Anexo da Portaria MEC nº 1.036, de 7 de dezembro de 2020. Aprova o Regimento Interno do Subcomitê Assessor ao Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 178, de 21 de março de 2021 - Estabelece os procedimentos sobre a consulta acerca da existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para atividade privada por servidor público em exercício no Ministério da Educação, bem como para entrega de declaração de vínculo familiar.

Portaria MEC nº 358, de 17 de maio de 2022 - Institui o Selo MEC Integridade no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 555, de 29 de julho de 2022 - Delega competências aos dirigentes máximos das autarquias e fundações públicas vinculadas ao Ministério da Educação para a prática de atos em matéria disciplinar.

Portaria MEC nº 150, de 16 de março de 2021 - Delega competência de julgamento de Processo Administrativo Disciplinar - PAD no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 121, de 17 de abril de 2020 - Dispõe sobre o controle administrativo das atividades de comissões de sindicâncias, de processos administrativos disciplinares e de processos administrativos de responsabilização de pessoa jurídica, instaurados ou acompanhados pela Corregedoria do Ministério da Educação.

Instrução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2021 - Orienta as áreas internas do Ministério da Educação sobre a forma de comunicação de notícias de irregularidades que são enviadas à Corregedoria e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 2, de 15 de junho de 2021 - Institui os critérios de priorização de análise de demandas correccionais no âmbito da Corregedoria do Ministério da Educação.

Instrução Normativa nº 3, de 2 de dezembro de 2021 - Estabelece medidas para resguardar dados dos envolvidos em procedimentos investigativos e processos correccionais acusatórios.

Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante - NDE e dá outras providências.

Resolução CONAES nº 2, de 29 de junho de 2021 - Ratifica a decisão de prorrogar para o ano de 2022 a aplicação do Enade aos cursos vinculados ao ano III do ciclo avaliativo previsto no art. 40 da Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018.

Resolução CONAES nº 3, de 2 de dezembro de 2021 - Ratifica a decisão do Colegiado de iniciar o 7º ciclo Avaliativo do Enade no ano de 2023.

Portaria MEC nº 731, de 16 de setembro de 2021 - Aprova Regimento Interno da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Despacho de 4 de fevereiro de 2022 - Homologa Parecer da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, de 23 de setembro de 2021, com proposta de alteração na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de março de 2011 - Estabelece as diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

Resolução CNE/CP nº 2, de 11 de setembro de 2018 - Institui as diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior.

Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio - BNCC-EM, como etapa final da Educação Básica, nos termos do art. 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Resolução CNE/CP nº 5, de 28 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião e dá outras providências.

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020 - Institui as Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021 - Institui as Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM-Formação.

Resolução CNE/CP nº 2, de 30 de agosto de 2022 - Altera o art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 - Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 - Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 - Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 20 de agosto de 2003 - Dispõe sobre os direitos dos profissionais da educação com formação de nível médio, na modalidade Normal, em relação à prerrogativa do exercício da docência, em vista do disposto na Lei nº 9394/1996, e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005 - Modifica a redação do § 3º do art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 3 de agosto de 2005 - Define as normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de agosto de 2006 - Aprova as Diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implementação do ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado pela Lei nº 11.129, de 30, de julho de 2005, aprovado como "Projeto Experimental", nos termos do art. 81 da LDB, pelo Parecer CNE/CEB nº 2/2005.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008 - Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 - Estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008 - Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de maio de 2009 - Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de maio de 2009 - Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos arts. 206 e 211 da Constituição Federal, nos arts. 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 30 de setembro de 2009 - Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec, em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio - CNCT, definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/99.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 14 de janeiro de 2010 - Define as Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010 - Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, idade mínima e certificação nos exames de EJA. Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 5, de 3 de agosto de 2010 - Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública.

Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de outubro de 2010 - Define as Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 10 de março de 2011 - Fixa as normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas Autarquias e Fundações.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação - ADE, como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012 - Define as diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012 - Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de dezembro de 2013 - Define as normas para declaração de validade de documentos escolares emitidos por escolas de Educação Básica que atendem a cidadãos brasileiros residentes no exterior.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014 - Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016 - Define as Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 10 de maio de 2016 - Define as Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016 - Define as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 30 de maio de 2016 - Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de janeiro de 2018 - Institui as Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018 - Define as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 - Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 - Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização - PNA e à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021 - Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação - ADE como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação.

Resolução CNE/CES nº 2, de 3 de abril de 2001 - Dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição.

Resolução CNE/CES nº 4, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia.

Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia.

Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional.

Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas.

Resolução CNE/CES nº 8, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química.

Resolução CNE/CES nº 9, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física.

Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia.

Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

Resolução CNE/CES nº 16, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações.

Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

Resolução CNE/CES nº 19, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia.

Resolução CNE/CES nº 20, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia.

Resolução CNE/CES nº 21, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia.

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Biomedicina.

Resolução CNE/CES nº 3, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Matemática.

Resolução CNE/CES nº 2, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 3, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Design, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005 - Estabelece as normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.

Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005 - Altera a Resolução CNE/CES nº 2, de 3 de abril de 2001, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

Resolução CNE/CES nº 3, de 23 de junho de 2005 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 2, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrícola e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 4, de 2 de fevereiro de 2006 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

Resolução CNE/CES nº 10, de 27 de junho de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Cinema e Audiovisual e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 11, de 10 de julho de 2006 - Revogação de atos normativos no âmbito da Câmara de Educação Superior do CNE.

Resolução CNE/CES nº 12, de 18 de julho de 2006 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006.

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 4 de setembro de 2007 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

Resolução CNE/CES nº 9, de 4 de outubro de 2007 - Estabelece as normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério da Educação Infantil.

Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007.

Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre o registro de diplomas expedidos por instituições não-universitárias.

Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006.

Resolução CNE/CES nº 1, de 22 de abril de 2008 - Dispõe sobre o registro de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, expedidos por instituições não detentoras de prerrogativas de autonomia universitária.

Resolução CNE/CES nº 2, de 26 de junho de 2008 - Alteração da Resolução CNE/CES nº 9, de 4 de outubro de 2007, que estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério da Educação Infantil.

Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007.

Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de agosto de 2008 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Meteorologia, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de ato de regulação compreendido no Decreto nº 5.773/2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogado pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, e pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008.

Resolução CNE/CES nº 7, de 28 de novembro de 2008 - Dispõe sobre a utilização de denominações e siglas por Instituições de Educação Superior.

Resolução CNE/CES nº 8, de 28 de novembro de 2008 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Estatística, de graduação plena, em nível superior, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 16 janeiro de 2009 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 2, de 29 janeiro de 2009 - Alteração da Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modificada pela Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006.

Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, e pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007.

Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de ato de regulação compreendido no Decreto nº 5.773/2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogado pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, e pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008.

Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre as normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários.

Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006.

Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010 - Regulamenta o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre as normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.

Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de

2006, pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007, e pela Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009.

Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de janeiro de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008, e pela Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009.

Resolução CNE/CES nº 3, de 1º de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre o reconhecimento de títulos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, obtidos nos Estados Partes do Mercosul.

Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009, e pela Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2011, e para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009, e pela Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de janeiro de 2011.

Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 2, de 27 de setembro de 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas.

Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 2, de 12 de fevereiro de 2014 - Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, especialização, das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino.

Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de janeiro de 2015 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Geologia, abrangendo os cursos de bacharelado em Geologia e em Engenharia Geológica e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016 - Estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de maio de 2016 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica.

Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de setembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 22 de maio de 2017 - Dispõe sobre os cursos sequenciais.

Resolução CNE/CES nº 2, de 23 de junho de 2017 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre as normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários.

Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de outubro de 2017 - Altera a Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010, que dispõe sobre as normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades.

Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 - Estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.

Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 2, de 12 de julho de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Oceanografia, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 3, de 12 de julho de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Ciências Aeronáuticas, bacharelado, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018 - Altera o inciso I do art. 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece as diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9394/1996, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 19 de março de 2019 - Extensão da delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011.

Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs durante a calamidade pública provocada pela pandemia da Covid-19.

Resolução CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021 - Altera o art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES nº 2/2019 e o art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES nº 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.

Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021 - Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de julho de 2021 - Altera o art. 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece as diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9394/1996, e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.

Resolução CNE/CES nº 1, de 25 de julho de 2022 - Dispõe sobre as normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

Portaria nº 1.920, de 22 de setembro de 2017 - Altera a composição da Comissão e das Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação e dá outras providências.

Portaria nº 1, de 28 de setembro de 2017 - Estabelece os prazos internos e expede orientações gerais para elaboração de respostas a pedidos de acesso à informação no âmbito da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

Portaria nº 278, de 30 de janeiro de 2020 - Manual de procedimentos para realização e fiscalização de eventos do Ministério da Educação.

Portaria nº 36, de 19 de janeiro de 2021 - Aprova o Manual de Procedimentos das Ações de Publicidade do Ministério da Educação.

Portaria Interministerial nº 2, de 18 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a implementação do Projeto Sinais, no âmbito do Ministério da Cidadania e do Ministério da Educação, publicada em 19 de dezembro de 2019.

Portaria MEC nº 1.713, de 2 de outubro de 2019 - Altera a Portaria MEC nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015, que estabelece as regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 32, de 20 de janeiro de 2020 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para planejamento, organização, instrução das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 278, de 30 de janeiro de 2020 - Manual de procedimentos para realização e fiscalização de eventos do Ministério da Educação.

Portaria nº 204, de 6 de fevereiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, e delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona.

Portaria nº 491, de 19 de março de 2020 - Estabelece as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 534, de 23 de março de 2020 - Estabelece as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (Covid-19) a serem adotadas no âmbito do Ministério da Educação, no que se refere aos prestadores de serviços terceirizados.

Portaria nº 661, de 9 de abril de 2020 - Altera o art. 5º da Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, que estabelece as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus - Covid-19 no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 90, de 20 de janeiro de 2020 - Revogação os atos de criação de colegiados extintos.

Portaria nº 120, de 9 de março de 2016 - Institui o rito do Processo de Apuração de Responsabilidade - PAAR.

Portaria nº 118, de 10 de março de 2016 - Define os parâmetros para a realização do acompanhamento e fiscalização de execução de contratos de terceirização no âmbito do Ministério da Educação, em Brasília - DF.

Portaria nº 1.393, de 20 de dezembro de 2018 - Constitui a Subcomissão de Coordenação integrante do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, da Administração Pública federal, no Ministério da Educação, e revoga a Portaria MEC nº 1.005, de 8 de agosto de 2012.

Portaria nº 863, de 15 de julho de 2008 - Institui o Comitê de Eventos do Ministério da Educação - MEC, objetivando assegurar a uniformidade, padronização de produtos e serviços, racionalidade burocrática e de procedimentos, qualidade e melhores custos na realização de eventos.

Portaria nº 2.227, de 31 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação.

Norma Operacional nº 3, de 19 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre as normas e os procedimentos para estabelecer critérios de controle e administração de bens móveis, padronizando e atualizando procedimentos, de forma a contribuir para a correta aplicação da legislação vigente.

Norma Operacional nº 1/SE/MEC, de 21 de agosto de 2007 - Dispõe sobre o exercício e jornada de trabalho de servidores que exercem atividade de secretaria no âmbito dos órgãos da administração direta do Ministério da Educação - MEC.

Portaria nº 263, de 25 de julho de 2019 - Institui a Comissão Especial de Classificação e Avaliação de Bens Permanentes no âmbito do Ministério da Educação.

Norma Operacional nº 1, de 12 de abril de 1999 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação.

Norma Operacional nº 1, de 21 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Serviço de Transporte oficial e terceirizado, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 1.042, de 4 de novembro de 2015 - Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 1.920, de 22 de setembro de 2017 - Altera a composição da Comissão e das Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação e dá outras providências.

Portaria nº 1.393, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Arquivos SIGA, da Administração Pública Federal.

Portaria nº 1.624, de 19 de setembro de 2019 - Estabelece os procedimentos para o tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do Estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do Poder Judiciário e órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado no âmbito do Ministério da Educação.

Orientação Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos de segurança para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Ministério da Educação.

Portaria nº 1.779, de 25 de outubro de 2018 - Institui o Programa de Saúde Bucal do Ministério da Educação.

Portaria nº 396, de 8 de março de 2001 - Aprova o programa de Assistência Médica aos servidores do MEC.

Portaria nº 1.006, de 8 de outubro de 2013 - Institui o Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho - Viver com Qualidade.

Portaria nº 1.118, de 7 de junho de 2019 - Estabelece critérios e procedimentos da avaliação de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 1.482, de 28 de agosto de 2019 - Altera a Portaria nº 1.118, de 7 de junho de 2019, que estabelece critérios e procedimentos da avaliação de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015 - Estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 1.713, de 2 de outubro de 2019 - Altera a Portaria nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015, que estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 1.714, de 2 de outubro de 2019 - Define as ações e metas do exercício de 2018/2019 relativas aos programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação.

Portaria nº 35, de 21 de janeiro de 2020 - Constitui o Comitê de Acompanhamento da Avaliação Institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 363, de 9 de outubro de 2018 - Constitui a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD.

Portaria nº 238, de 23 de março de 2018 - Dispõe sobre a retribuição devida a servidor público federal pelo desempenho eventual de atividades de instrutoria no Ministério da Educação, por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

Portaria nº 1.670, de 6 de setembro de 2018 - Define os critérios e procedimentos do Programa de Estágio Supervisionado no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 128, de 25 de fevereiro de 2013 - Institui o Programa Incentivo ao Estudo de Idioma Estrangeiro, sob forma de concessão de bolsas de estudo, para o custeio parcial de cursos de idiomas estrangeiros, aos servidores do Ministério da Educação.

Portaria nº 129, de 25 de fevereiro de 2013 - Institui o Programa Incentivo Educacional à Graduação e Pós-Graduação, sob forma de concessão de bolsas de estudo para o custeio parcial de cursos de graduação e pós-graduação, lato sensu e stricto sensu, aos servidores efetivos do Ministério da Educação.

Portaria nº 96, de 30 de abril de 2003 - Subdelega competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto.

Portaria nº 205, de 6 de fevereiro de 2010 - Delega competência aos dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona.

Orientação Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos de segurança para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 1.128, de 15 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a autorização de cessão de servidores do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Portaria SE nº 1.561, de 28 de agosto de 2019 - Subdelega competência aos dirigentes e autoridades do Ministério da Educação e entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona.

Portaria nº 173, de 28 de fevereiro de 2018 - Delega competência aos titulares das unidades administrativas do Ministério da Educação para autorizar a interrupção de férias de seus servidores, por necessidade de serviço, devidamente justificada a interrupção ou cancelamento, no interesse da Administração.

Portaria nº 1.012, de 25 de novembro de 2021 - Institui o Subcomitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados do Ministério da Educação - SSIP-MEC.

Portaria nº 565, de 28 de julho de 2021 - Institui o Comitê de Governança Digital do Ministério da Educação - MEC

Portaria nº 32, de 20 de janeiro de 2020 - Estabelece as diretrizes e procedimentos para planejamento, organização, instrução das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação

Portaria nº 773, de 20 de agosto de 2021 - Subdelega competência ao Titular da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e designa servidores para exercício de encargos relacionados à operacionalização da Unidade Gestora 150004 (Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação), e dá outras providências

Portaria nº 495, de 18 de julho de 2022 - Institui a Política Corporativa de Segurança da Informação e Proteção de Dados - PSI.

Portaria nº 1, de 18 de junho de 2015 - Institui o Comitê de Governança da Diretoria de Tecnologia da Informação e designa os cargos relacionados para composição e participação.

Portaria nº 2.260, de 28 de novembro de 2017 - Institui a Política Corporativa de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Educação - PCGTIC/MEC.

Portaria nº 4, de 28 de junho de 2017 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Configuração e Ativo de Serviço nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 12, de 29 de dezembro de 2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Nível de Serviço dos serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 11, de 26 de dezembro de 2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Catálogo de Serviço, para os serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 9 de 19 de dezembro de 2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Portfólio de Serviço, para os serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 8, de 18 de dezembro de 2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Problema nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 7, de 25 de novembro de 2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Eventos nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 6, de 13 de novembro de 2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Incidentes e Cumprimento de Requisição nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 5, de 18 de setembro de 2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Mudanças nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

Resolução nº 3, de 27 de agosto de 2013 - Publica conjunto de 9 (nove) normas deliberadas pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação, instituído pela Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012.

Portaria nº 1.083, de 15 de dezembro de 2021 - Aprova o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital do Ministério da Educação.

Portaria nº 645, de 14 de julho de 2021 - Publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Educação, para o triênio 2021-2023

Portaria GM/MEC nº 1.082, de 15 de dezembro de 2021 - Subdelega competência ao titular da Subsecretaria de Assuntos Administrativos para aprovação, reprovação, alteração, devolução e envio de itens referentes ao Plano Anual de Contratações - PAC no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria GM/MEC nº 1.223, de 27 de junho de 2019 - Delega competência ao Secretário Executivo para aprovação, reprovação, alteração, devolução e envio de itens referentes ao Plano Anual de Contratações - PAC no âmbito do Ministério da Educação

Portaria GM/MEC nº 120, de 9 de março de 2016 - Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis

Portaria GM/MEC nº 838, de 22 de outubro de 2021 - Alteração da Portaria MEC nº 1.223, de 27 de junho de 2019, que delega competência ao Secretário-Executivo para aprovação, reprovação, alteração, devolução e envio de itens referentes ao Plano Anual de Contratações - PAC no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Portaria SAA/SE/MEC nº 118, de 10 de março de 2016 - Estabelece os parâmetros para a realização do acompanhamento e fiscalização de execução de contratos de terceirização no âmbito do Ministério da Educação, em Brasília - DF, por servidores nomeados em portaria específica.

Portaria SE/MEC nº 281, de 5 de maio de 2022 - Designa pregoeiros e equipe de apoio para as UASG 150002 e 150004.

Portaria SE/MEC nº 852, de 2 de junho de 2020 - Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito do Ministério da Educação.

Norma Operacional SAA/SE/MEC nº 1, de 28 de novembro de 2019 - Estabelece as normas complementares e instruções para aplicação da Lei nº 4.320, de 1964, e dos Decretos nº 62.115, de 1968, e nº 93.872, de 1986, que dispõem sobre o reconhecimento de dívida e despesas de exercícios anteriores em processos no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação.

Portaria GM/MEC nº 204, de 6 de fevereiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, e delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona.

Norma Operacional SE nº 1, de 21 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Serviço de Transporte oficial e terceirizado, no âmbito do Ministério da Educação

Norma Operacional SE/MEC nº 3, de 19 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre as normas e os procedimentos para estabelecer critérios de controle e administração de bens móveis, padronizando e atualizando procedimentos, de forma a contribuir para a correta aplicação da legislação vigente.

Orientação Normativa SAA/SE/MEC nº 1, de 2 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos de segurança para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Ministério da Educação.

Portaria GM/MEC nº 1.393, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Arquivos - SIGA, da Administração Pública Federal.

Portaria GM/MEC nº 656, de 31 de agosto de 2022 - Institui a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - SubSiga, no âmbito do Ministério da Educação e das entidades vinculadas.

Portaria GM/MEC nº 660, de 9 de setembro de 2022 - Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação - CPAD/MEC.

Portaria GM/MEC nº 1.042, de 4 de novembro de 2015 - Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria SAA/SE/GAB nº 263, de 25 de julho de 2019 - Institui a Comissão Especial de Classificação e Avaliação de Bens Permanentes no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria SE/MEC nº 1.520, de 20 de novembro de 2020 - Estabelece a exigência de "Nada Consta" e fixa normas a serem observadas por ocasião de desligamento ou afastamento de servidores do MEC.

Portaria SE/MEC nº 364, de 13 de junho de 2022 - Dispõe sobre a disponibilização, para consulta, do inteiro teor de processos administrativos que documentam as licitações e contratações diretas realizadas pelo Ministério da Educação e a execução dos correspondentes contratos no Módulo de Pesquisa Pública do Sistema Eletrônico de Informações - SEI do Ministério da Educação.

Portaria SAA/SE/MEC nº 124, de 19 de abril de 2022 - Constitui o Comitê de Acompanhamento da Avaliação Institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE no âmbito do Ministério da Educação

Portaria SAA/SE/MEC nº 216, de 16 de julho de 2021 - Comissão para Coleta Seletiva Solidária.

Portaria SAA/SE/MEC nº 27, de 29 de janeiro de 2021 - Comissão de Inventário do Almoxarifado do Ministério da Educação.

Portaria SAA/SE/MEC nº 276, de 10 de setembro de 2021 - Divulga, na forma do Anexo I desta Portaria, a lista final de classificação do Processo de Seleção 2021 para Concessão de Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, de que trata a Portaria MEC nº 269, de 3 de maio de 2021, publicada no Boletim de Serviço nº 17 Suplemento E, de 5 de maio de 2021, e o Edital nº 50, publicado no Boletim de Serviço nº 30 Suplemento E Retificação, de 12 de agosto de 2021.

Portaria SAA/SE/MEC nº 98, de 15 de março de 2022 - Subdelega competência aos Coordenadores-Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, UASG 150002, para a prática dos atos que menciona.

Portaria SAA/SE/MEC nº 374, de 14 de outubro de 2020 - Comissão para Inventário Físico Eventual.

Nota Técnica nº 110, de 8 de fevereiro de 2013 - Concessão de Gratificação por encargo de curso e concurso - GECC.

Nota Técnica nº 199, de 14 de março de 2013 - Concessão de auxílio transporte.

Portaria nº 396, de 8 de março de 2001 - Aprova o programa de Assistência Médica aos servidores do MEC.

Portaria GM/MEC nº 1.006, de 8 de outubro de 2013 - Institui o Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho - Viver com Qualidade.

Portaria GM/MEC nº 1.118, de 7 de junho de 2019 - Estabelece critérios e procedimentos da avaliação de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria GM/MEC nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015 - Estabelece as regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS.

Portaria GM/MEC nº 1.482, de 28 de agosto de 2019 - Altera a Portaria nº 1.118, de 7 de junho de 2019.

Portaria GM/MEC nº 267, de 30 de abril de 2021 - Autoriza a implementação do programa de gestão no âmbito do Ministério da Educação - MEC e de suas entidades vinculadas, em caráter facultativo, na forma da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

Portaria GM/MEC nº 269, de 3 de maio de 2021 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Portaria GM/MEC nº 295, de 20 de abril de 2022 - Institui o programa Gente em Destaque, projeto de reconhecimento de talentos no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria GM/MEC nº 613, de 9 de agosto de 2021 - Altera a Portaria nº 269, de 3 de maio de 2021.

Portaria SE/MEC nº 1.670, de 6 de setembro de 2018 - Define os critérios e procedimentos do Programa de Estágio Supervisionado no âmbito do Ministério.

Portaria SE/MEC nº 1.779, de 25 de outubro de 2018 - Institui o Programa de Saúde Bucal do Ministério da Educação.

Portaria SE/MEC nº 910, de 22 de outubro de 2021 - Estabelece os procedimentos gerais para instituição do Programa de Gestão, no âmbito da Administração Direta do Ministério da Educação.

Portaria SE/MEC nº 919, de 27 de outubro de 2021 - Retifica o Anexo I da Portaria nº 910, de 22 de outubro de 2021, que estabelece os procedimentos gerais para instituição do Programa de Gestão, no âmbito da Administração Direta do Ministério da Educação.

Portaria nº 37, de 20 de janeiro de 2021 - Estabelece os critérios e procedimentos para a formalização de descentralização de créditos orçamentários efetuados para execução das políticas públicas no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 3, de 10 de dezembro de 2021 - Institui o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação, por meio da adoção da subação orçamentária e do plano interno.

Portaria nº 1.521, de 20 de novembro de 2020 - Dispõe sobre a emissão de Certificado de Disponibilidade Orçamentária - CDO no âmbito da Unidade Orçamentária 26101 do Ministério da Educação.

Portaria nº 217, de 7 de abril de 2022 - Dispõe sobre o processo de operacionalização das emendas parlamentares no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Portaria nº 879, de 7 de outubro de 2021 - Institui o Comitê de Governança para a Gestão Orçamentária e Financeira - CGGOF no âmbito do Ministério da Educação.

Portaria nº 878, de 6 de outubro de 2021 - Constitui Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação para análise das ações orçamentárias que compõem as despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE na União.

Portaria nº 3, de 2 de agosto de 2022 - Delega competência ao cargo de Coordenador-Geral de Orçamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento para a prática dos atos que menciona.

Portaria MEC nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 - Institui o programa Tempo de Aprender.

Portaria MEC nº 546, de 20 de julho de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 280/2020.

Resolução FNDE nº 6, de 20 de abril de 2021 - Dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do programa Tempo de Aprender.

Resolução FNDE nº 17, de 22 de outubro de 2021 - Estabelece as normas e os procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos articuladores nacionais, regionais e escolares no âmbito do programa Tempo de Aprender.

Portaria MEC nº 544, de 20 de julho de 2021 - Dispõe sobre as ações de formação continuada presencial para docentes e gestores no âmbito do programa Tempo de Aprender.

Portaria MEC nº 545, de 20 de julho de 2021 - Institui as metas do 1º Ciclo de Formação da Setorial Docente, a matriz de conteúdos a serem abordados e a carga horária necessária para aprimorar conhecimentos de docentes quanto a práticas de alfabetização baseadas em evidências.

Resolução FNDE nº 23, de 3 de dezembro de 2021 - Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do programa Tempo de Aprender.

Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020 - Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal.

Resolução nº 5, de 27 de junho de 2022 - Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos Entes Executores - EEx do estado de Alagoas e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no Programa Brasil Alfabetizado no ciclo piloto do ano de 2022.

Portaria nº 510, de 21 de agosto de 2006 - Constitui Comissão Técnica do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação PEC G.

Portaria MEC nº 391, de 7 de fevereiro de 2002 - Dispõe acerca da prova de redação em Língua Portuguesa em processos seletivos.

Portaria nº 745, de 5 de junho de 2012 - Estabelece as diretrizes para execução do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - Promisaes.

Portaria MEC nº 651 de 24 de julho de 2013 - Institucionaliza, no âmbito do Ministério da Educação, a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital - Matriz OCC como instrumento de distribuição anual dos recursos destinados às Universidades Federais.

Portaria nº 959, de 27 de setembro de 2013 - Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais.

Portaria Conjunta nº 78, de 29 de setembro de 2016 - Institui Grupo Interinstitucional para definir proposta de criação e regulamentação do Projeto Instituição Amiga do Empreendedor.

Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre as normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

Portaria Interministerial nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Cria o Programa Instituição Amiga do Empreendedor e dá outras providências.

Portaria Interministerial nº 3.825, de 12 de dezembro de 2018 - Reformula o Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa - RNP e de seu Comitê Gestor.

Portaria nº 1.095, de 25 de outubro de 2018 - Dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino.

Portaria nº 330, de 5 de abril de 2018 - Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria Interministerial nº 1, de 20 de maio de 2019 - Dispõe sobre o recebimento de diplomas, ementas e histórico escolar por egressos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G de que trata o Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013.

Portaria nº 544, de 11 de março de 2019 - Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Instrução Normativa SESu nº 1, de 15 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a regulamentação técnica para a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria Conjunta nº 85, de 3 de julho de 2020 - Designa representantes titular e suplente no Ministério da Educação do Grupo de Apoio Técnico - GAT instituído pela Portaria Conjunta nº 209, de 8 de junho de 1995, para fins de atuação nos processos de análise do credenciamento e autorização de fundações de apoio, e altera a Portaria Conjunta nº 42, de 22 de abril de 2020.

Portaria nº 319, de 27 de julho de 2020 - Constitui Comissão de Seleção para contratação de consultoria especializada na modalidade produto, conforme previsto no Decreto nº 5151, de 22 de julho de 2004, e Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017, no âmbito do Edital nº 039/2020 Projeto OEI/BRA/14/001 - Projeto OEI/BRA/14/001 - Desenvolvimento de Metodologias Institucionais destinadas à Consolidação da Educação Superior como Fator de Desenvolvimento Sustentável do Brasil.

Portaria nº 356, de 20 de março de 2020 - Dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde no combate à pandemia do Covid-19 (coronavírus).

Portaria nº 383 de 9 de abril de 2020 - Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

Portaria nº 433, de 22 de outubro de 2020 - Institui o Comitê de Orientação Estratégica - COE para a Elaboração de Iniciativas de Promoção à Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, e dá outras providências.

Portaria nº 434, de 22 de outubro de 2020 - Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais.

Portaria nº 448, de 13 de novembro de 2020 - Altera o art. 3º da Portaria MEC nº 433, de 22 de outubro de 2020, que dispõe sobre a composição dos membros do COE.

Portaria nº 558, de 29 de dezembro de 2020 - Altera a Portaria SESu nº 510, de 21 de agosto de 2006.

Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020 - Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.

Portaria nº 880, de 22 de outubro de 2020 - Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas de Curso e Funções Gratificadas, entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Cariri.

Portaria nº 920, de 4 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o remanejamento de cargos e códigos de vagas de docentes da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a redistribuição de cargos e códigos de vagas de docentes da carreira de Magistério Superior, para recomposição de bancos de professor equivalente.

Portaria Interministerial ME/MEC Nº 9.359, de 10 de agosto de 2021 - Altera os Anexos I e III à Portaria Interministerial nº 316, de 9 de outubro de 2017, do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação, que dispõe sobre o banco de professor equivalente e o quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativos das universidades federais, vinculadas ao Ministério da Educação.

Portaria MEC nº 1.001, de 8 de dezembro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, e a Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria MEC nº 117, de 26 de fevereiro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, para ampliar o prazo para a implementação do diploma digital pelas Instituições de Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino.

Portaria nº 1.023, de 16 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição e o remanejamento de cargos e códigos de vagas a eles referentes, entre as Instituições Federais de Ensino Superior - IES e o Ministério da Educação - MEC, como instrumento de gestão do Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativos.

Portaria nº 1.054, de 24 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição de cargos e respectivos códigos de vaga de docente da Carreira do Magistério Superior, para recomposição de banco de professor equivalente.

Portaria nº 1.056, de 27 de dezembro de 2021 - Institui a Comissão Técnica Permanente e Multidisciplinar com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de ações e estratégias para o acompanhamento dos museus federais vinculados ao Ministério da Educação - MEC.

Portaria nº 120, de 23 de março de 2021 - Altera o art. 3º da Portaria MEC nº 434, de 22 de outubro de 2020, que dispõe sobre a composição dos membros do GT.

Portaria nº 202, de 26 de abril de 2021 - Dispõe sobre a alteração do art. 3º e estabelece no art. 2º a prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação dos resultados como previsto no art. 8º da Portaria MEC nº 434, de 22 de outubro de 2020.

Portaria nº 203, de 26 de abril de 2021 - Dispõe sobre a alteração do art. 3º e estabelece no art. 2º a prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação dos resultados como previsto no art. 8º da Portaria nº 433, de 22 de outubro de 2020.

Portaria nº 490, de 26 de agosto de 2021 - Altera o art. 3º da Portaria MEC nº 433, de 22 de outubro de 2020, que dispõe sobre a composição dos membros do COE.

Portaria nº 491, de 26 de agosto de 2021 - Altera o art. 3º da Portaria MEC nº 434, de 22 de outubro de 2020, que dispõe sobre a composição dos membros do GT.

Portaria nº 548, de 20 de julho de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, que dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação, no âmbito do sistema federal de ensino.

Portaria nº 604, de 20 de outubro de 2021 - Dispõe sobre a prorrogação da Portaria MEC nº 433, de 22 de outubro de 2020, por mais 120 (cento e vinte) dias.

Portaria nº 605, de 20 de outubro de 2021 - Dispõe sobre a prorrogação da Portaria MEC nº 434, de 22 de outubro de 2020, por mais 120 (cento e vinte) dias.

Portaria nº 743, de 20 de setembro de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição e o remanejamento de cargos e códigos de vagas a eles referentes, entre as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e o Ministério da Educação - MEC, como instrumento de gestão do Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativos - QRSTA.

Portaria nº 748, de 22 de setembro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 651, de 24 de julho de 2013.

Portaria nº 885, de 16 de novembro de 2021 - Distribui um Cargo de Direção - CD-2 criado pela Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, e dá outras providências.

Portaria nº 886, de 16 de novembro de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição e o remanejamento de cargos e códigos de vagas a eles referentes, entre as Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes e o Ministério da Educação - MEC.

Portaria nº 157, de 21 de fevereiro de 2022 - Dispõe sobre a prorrogação da Portaria MEC nº 433, de 22 de outubro de 2020, por mais 90 (noventa) dias.

Portaria nº 158, de 21 de fevereiro de 2022 - Dispõe sobre a prorrogação da Portaria MEC nº 434, de 22 de outubro de 2020, por mais 90 (noventa) dias.

Portaria nº 27, de 18 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre o remanejamento de um cargo de direção CD-4, criado pela Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019.

Portaria nº 333, de 5 de maio de 2022 - Remaneja Cargos de Direção, Funções Gratificadas e Funções de Coordenador de Curso, das Instituições Federais de Ensino Superior para o Ministério da Educação, para fins da transformação de cargos comissionados prevista na Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

Portaria nº 385, de 31 de maio de 2022 - Designa os membros para comporem a Comissão Técnica Permanente e Multidisciplinar de que trata a Portaria MEC nº 1.056, de 27 de dezembro de 2021.

Portaria nº 387, de 31 de maio de 2022 - Dispõe sobre a redistribuição de códigos de vaga de docentes do magistério superior do Ministério da Educação para Instituições Federais de Ensino Superior.

Portaria nº 419, de 13 de junho de 2022 - Dispõe sobre o remanejamento de Funções Gratificadas FG-02, criadas pela Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019.

Portaria nº 428, de 15 de junho de 2022 - Dispõe sobre o remanejamento de nove Funções de Coordenador de Curso, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Portaria nº 438, de 24 de junho de 2022 - Dispõe sobre a redistribuição e o remanejamento de cargos e códigos de vagas a eles referentes, entre as Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes e o Ministério da Educação - MEC, como instrumento de gestão do Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativos.

Portaria nº 439, de 24 de junho de 2022 - Instituir Grupo de Trabalho - GT, no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC, com a finalidade de subsidiar a discussão para o aperfeiçoamento do modelo de avaliação constante da Portaria MEC nº 391, de 7 de fevereiro de 2002, para ingresso nas Instituições Públicas e Privadas pertencentes ao Sistema de Ensino Superior,

notadamente no que diz respeito à obrigatoriedade de submissão à prova de redação em língua portuguesa, propondo a modificação da mencionada Portaria de forma que atenda às particularidades dos candidatos que possuem necessidades educacionais específicas em relação aos quais essa exigência se revela uma barreira, considerando os recursos de adaptação atualmente disponíveis.

Portaria nº 64, de 4 de fevereiro de 2022 - Institui o Grupo de Trabalho voltado ao Eixo Integração das Redes, no âmbito do Programa Itinerários Formativos.

Instrução Normativa nº 2, de 2 de maio de 2022 - Aprova a versão 1.04.1 dos Anexos I, II e III da Instrução Normativa IN/SEU nº 1, de 15 de dezembro de 2020.

Portaria Interministerial nº 3.185, de 7 de outubro de 2004 - Dispõe sobre o registro e o credenciamento das Fundações de Apoio no que se refere ao inciso III, do art. 2º, da Lei nº 8.958/1994.

Portaria SESu/MEC nº 766, de 12 de agosto de 2022 - Altera o art. 1º da Portaria SESu nº 428, de 19 de outubro de 2020 - Camem.

Portaria MEC nº 1.053, de 24 de dezembro de 2021 - Institui o Programa de Desenvolvimento da Preceptoria em Saúde - Prodeps.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 9, de 13 de outubro de 2021 - Altera o valor mínimo da bolsa assegurada aos médicos residentes e aos residentes em área profissional da saúde.

Portaria Interministerial MEC/MS, nº 7, de 16 de setembro de 2021 - Dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - Cnrms.

Portaria MEC nº 306, de 26 de março de 2015 - Institui a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento das Escolas Médicas - Camem.

Portaria Conjunta SESu MEC/SGTES MS nº 51, de 8 de setembro de 2015 - Dispõe sobre a convalidação de certificados dos egressos dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, com turmas iniciadas anteriormente a 30 de junho de 2005.

Portaria Interministerial nº 2.117, de 3 de novembro de 2005 - Institui, no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação, a Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências.

Portaria Interministerial nº 2.118, de 3 de novembro de 2005 - Institui parceria entre Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para cooperação técnica na formação e desenvolvimento de recursos humanos na saúde.

Portaria Conjunta MEC/MS nº 31, de 5 de junho de 2015 - Dispõe sobre o Módulo de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Portaria Interministerial MS/MEC nº 285, de 24 de março de 2015 - Redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.127, de 4 de agosto de 2015 - Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde - Coapes, para fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Portaria MEC nº 585, de 15 de junho de 2015 - Dispõe sobre a regulamentação da Supervisão Acadêmica no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências.

Portaria nº 27, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a adesão de instituições de ensino e programas de residência ao Projeto Mais Médicos para o Brasil enquanto das instituições supervisoras.

Portaria Normativa MEC nº 28, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a criação e organização do Grupo Especial de Supervisão para áreas de difícil cobertura de supervisão, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 17, de 31 de julho de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições públicas estaduais e municipais de educação superior e de saúde; programas de residência em Medicina de Família e Comunidade Medicina Preventiva e Social e Clínica Médica; e de escolas de governo em saúde pública ao Programa Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 10 de 20 de agosto de 2014 - Institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino Saúde.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 216 de 12 de fevereiro de 2014 - Altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Portaria Conjunta MEC/MS nº 2, de 24 de janeiro de 2014 - Dispõe sobre a equivalência dos termos Medicina de Família e Comunidade e Medicina Geral de Família e Comunidade no âmbito das atividades de formação em saúde e institui Grupo de Estudos voltado ao tema.

Portaria Interministerial MEC/MS Nº 1.369, de 8 de julho de 2013 - Dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Portaria Normativa MEC nº 15, de 22 de julho de 2013 - Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 3.320 de 27 de dezembro de 2013 - Acresce o parágrafo único ao art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.891/MS/MEC, de 27 de novembro de 2013, que altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Portaria Interministerial MS/MEC nº 2.891, de 27 de novembro de 2013 - Altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Portaria Normativa MEC nº 14 de 9 de julho de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências.

Resolução CNRM nº 14, de 18 de julho de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Toxicologia Médica no Brasil.

Resolução CNRM nº 13, de 18 de julho de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Cirurgia Bariátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 12, de 18 de julho de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Cirurgia Videolaparoscópica no Brasil.

Resolução CNRM nº 11, de 18 de julho de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Cirurgia do Trauma no Brasil.

Resolução CNRM nº 10, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Medicina Paliativa no Brasil.

Resolução CNRM nº 9, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação de Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetrícia no Brasil.

Resolução CNRM nº 8, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Mamografia no Brasil.

Resolução CNRM nº 7, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Densitometria Óssea no Brasil.

Resolução CNRM nº 6, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Endoscopia Ginecológica no Brasil.

Resolução CNRM nº 5, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Medicina Fetal no Brasil.

Resolução CNRM nº 4, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Sexologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 3, de 29 de abril de 2022 - Aprova a matriz de competências de Programas de Residência Médica para a Área de Atuação em Reprodução Assistida no Brasil.

Resolução CNRM nº 2, de 3 de fevereiro de 2022 - Matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Neurofisiologia Clínica no Brasil.

Resolução CNRM nº 1, de 3 de fevereiro de 2022 - Matriz de competências de Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Eletrofisiologia Clínica Invasiva no Brasil.

Resolução CNRM nº 72, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Medicina Tropical no Brasil.

Resolução CNRM nº 71, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Endoscopia Respiratória no Brasil.

Resolução CNRM nº 70, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Cirurgia Crânio-Maxilo-Facial no Brasil.

Resolução CNRM nº 69, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação Hansenologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 68, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Dor no Brasil.

Resolução CNRM nº 67, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Citopatologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 66, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Atendimento ao Queimado no Brasil.

Resolução CNRM nº 65, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Transplante de Medula Óssea no Brasil.

Resolução CNRM nº 64, de 23 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Medicina do Sono no Brasil.

Resolução CNRM nº 63, de 20 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista no Brasil.

Resolução CNRM nº 62, de 20 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Ergometria.

Resolução CNRM nº 61, de 20 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para Área de Atuação em Estimulação Cardíaca Eletrônica Implantável.

Resolução CNRM nº 60, de 20 de dezembro de 2021 - Aprova a matriz de competências para o Programa de Residência Médica em Oftalmologia.

Resolução CNRM nº 59, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Infectologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 58, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Cardiologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 57, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Neonatologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 56, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Hematologia e Hemoterapia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 55, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Gastroenterologia Pediátrica.

Resolução CNRM nº 54, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Reumatologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 53, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Oncologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 52, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Nefrologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 51, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Medicina do Adolescente no Brasil.

Resolução CNRM nº 50, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Nutrição Parenteral e Enteral Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 49, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Nutrologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 48, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Nutrição Parenteral e Enteral no Brasil.

Resolução CNRM nº 47, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Esportiva no Brasil.

Resolução CNRM nº 46, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Endoscopia no Brasil.

Resolução CNRM nº 45, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Homeopatia no Brasil.

Resolução CNRM nº 44, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Nutrologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 43, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Endocrinologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 42, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Pneumologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 41, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Medicina Intensiva Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 40, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Neurologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 39, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Emergência Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 38, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Alergia e Imunologia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 37, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Infectologia Hospitalar no Brasil.

Resolução CNRM nº 36, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para a área de atuação em Psiquiatria da Infância e Adolescência no Brasil.

Resolução CNRM nº 35, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Psicogeriatría no Brasil.

Resolução CNRM nº 34, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Psicoterapia no Brasil.

Resolução CNRM nº 33, de 2 de setembro de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Psiquiatria Forense no Brasil.

Resolução CNRM nº 32, de 8 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Nefrologia - Revoga a Resolução CNRM nº 11, de 6 de julho de 2021.

Resolução CNRM nº 31, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências do ano adicional dos programas de Residência Médica em Cardiologia - Cardio-Oncologia.

Resolução CNRM nº 30, de 6 de julho de 2021 - Dispõe sobre os anos adicionais nos Programas de Residência Médica no Brasil.

Resolução CNRM nº 29, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências para Programas de Residência Médica para área de atuação em Administração em Saúde no Brasil.

Resolução CNRM nº 28, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências para Programas de Residência Médica para área de atuação em Endoscopia Digestiva no Brasil.

Resolução CNRM nº 27, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências para Programas de Residência Médica para área de atuação em Ecografia Vascular com Doppler no Brasil.

Resolução CNRM nº 26, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Angiorradiologia e Cirurgia Endovascular no Brasil.

Resolução CNRM nº 25, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Física e Reabilitação no Brasil.

Resolução CNRM nº 24, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Acupuntura no Brasil.

Resolução CNRM nº 23, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Preventiva e Social no Brasil.

Resolução CNRM nº 22, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Angiologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 21, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina do Tráfego no Brasil.

Resolução CNRM nº 20, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Patologia Clínica/Medicina Laboratorial no Brasil.

Resolução CNRM nº 19, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Legal e Perícias Médicas no Brasil.

Resolução CNRM nº 18, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Psiquiatria no Brasil.

Resolução CNRM nº 17, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Mastologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 16, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Geriatria no Brasil.

Resolução CNRM nº 15, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Hematologia e Hemoterapia no Brasil.

Resolução CNRM nº 14, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Clínica Médica no Brasil.

Resolução CNRM nº 13, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Neurologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 12, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Medicina de Emergência no Brasil.

Resolução CNRM nº 10, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Cardiologia.

Resolução CNRM nº 9, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos programas de Residência Médica em Cirurgia Torácica.

Resolução CNRM nº 8, de 6 de julho de 2021 - Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Vascular no Brasil.

Resolução CNRM nº 7, de 24 de junho de 2021 - Autoriza o ingresso extemporâneo de residentes em Programas de Residência Médica em Medicina Intensiva, no âmbito dos programas Pró-Residência e de instituições privadas, no segundo semestre de 2021.

Resolução CNRM nº 6, de 17 de junho de 2021 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Otorrinolaringologia - Área de Atuação - Foniatria (R4) no Brasil.

Resolução CNRM nº 5, de 17 de junho de 2021 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Intensiva.

Resolução CNRM nº 4, de 15 de março de 2021 - Retificação a Resolução CNRM nº 2, de 15 de março de 2021.

Resolução CNRM nº 3, de 15 de março de 2021 - Alteração da data de término da inserção dos pedidos de Credenciamento de Programas de Residência Médica.

Resolução CNRM nº 2, de 15 de março de 2021 - Dispõe sobre as deliberações da Comissão Nacional de Residência Médica quanto ao Programa de Pré-Requisito em Área Cirúrgica Básica e Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral. Retificada pela Resolução CNRM nº 4, de 15 de março de 2021.

Resolução CNRM nº 2, de 19 de fevereiro de 2021 - Prorroga o prazo para visita de avaliação para renovação de Programas de Residência Médica vencidos.

Resolução CNRM nº 1, de 4 de fevereiro de 2021 - Dispõe sobre os prazos para análise e deliberação dos processos submetidos ao Plenário da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM.

Resolução CNRM nº 10, de 30 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Medicina Aeroespacial no Brasil.

Resolução CNRM nº 9, de 30 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade no Brasil.

Resolução CNRM nº 8, de 30 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Infectologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 7, de 30 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Pediátrica no Brasil.

Resolução CNRM nº 6, de 7 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

Resolução CNRM nº 5, de 7 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências do Ano Adicional dos Programas de Residência Médica em Cardiologia Cardiointensivismo. Retificação: Art. 2º O acesso ao ano opcional em Cardiologia - Cardiointensivismo é facultado ao médico residente que tenha concluído com sucesso programa de Residência Médica em Cardiologia.

Resolução CNRM nº 4, de 7 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Ecocardiografia no Brasil.

Resolução CNRM nº 3, de 7 de dezembro de 2020 - Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Coloproctologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 2, de 7 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Reumatologia.

Resolução CNRM nº 1, de 7 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica na área de atuação em Radiologia Intervencionista e Angiorradiologia no Brasil.

Resolução CNRM nº 27, de 18 de abril de 2019 - Disciplina a oferta de estágio optativo no âmbito dos programas de residência médica.

Resolução CNRM nº 26, de 22 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Neurorradiologia.

Resolução CNRM nº 25, de 16 de abril de 2019 - Dispõe sobre a cooperação entre a CNRM e as sociedades médicas de especialidades nas visitas de avaliação in loco dos Programas de Residência Médica no Brasil.

Resolução CNRM nº 23, de 16 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Radioterapia no Brasil.

Resolução CNRM nº 24, de 16 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Nuclear.

Resolução CNRM nº 22, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia.

Resolução CNRM nº 21, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Otorrinolaringologia.

Resolução CNRM nº 20, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Genética médica.

Resolução CNRM nº 19, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Urologia.

Resolução CNRM nº 18, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Gastroenterologia.

Resolução CNRM nº 17, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Endocrinologia e Metabologia.

Resolução CNRM nº 16, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Pneumologia.

Resolução CNRM nº 15, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Patologia.

Resolução CNRM nº 14, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Hepatologia.

Resolução CNRM nº 13, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina do Trabalho.

Resolução CNRM nº 12, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Alergia e Imunologia.

Resolução CNRM nº 11, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Anestesiologia.

Resolução CNRM nº 10, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Oncológica.

Resolução CNRM nº 9, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Neurocirurgia.

Resolução CNRM nº 8, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Dermatologia.

Resolução CNRM nº 7, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Plástica.

Resolução CNRM nº 6, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia da Mão.

Resolução CNRM nº 5, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia do Aparelho Digestivo.

Resolução CNRM nº 4, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Oncologia Clínica.

Resolução CNRM nº 3, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia.

Resolução CNRM nº 2, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Cardiovascular no Brasil.

Resolução CNRM nº 1, de 4 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia de Cabeça e Pescoço no Brasil.

Resolução CNRM nº 48, de 28 de junho de 2018 - Dispõe sobre a Matriz de Competências do Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral e do Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica no Brasil.

Resolução CNRM nº 35, de 9 de janeiro de 2018 - Provab - Altera a Resolução CNRM nº 2, de 27 de agosto de 2015.

Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre transferência de médicos residentes nos Programas de Residência Médica no Brasil.

Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2017 - Estabelece o Calendário, a partir de 2017, para matrícula de médicos residentes no Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Médica e para o ingresso nos Programas de Residência Médica, e dá outras providências.

Resolução CNRM nº 1, de 29 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre os requisitos mínimos do Programa de Residência Médica em Pediatria e dá outras providências.

Resolução nº 4, de 29 de setembro de 2014 - Institui as Câmaras Técnicas Temáticas e o Comitê de Sistematização da Comissão Nacional de Residência Médica, e dá outras providências.

Resolução nº 3, de 1 de agosto de 2014 - Prorroga o prazo para solicitação de credenciamento dos Programas de Residência Médica.

Resolução nº 2, de 10 de junho de 2014 - Prorroga o prazo para solicitação de credenciamento dos Programas de Residência Médica.

Resolução nº 1, de 3 de julho de 2013 - Altera a Resolução CNRM nº 1, de 16 de junho de 2011, republicada no Diário Oficial da União nº 183, seção I, Página 638, de 22 de setembro de 2011. Altera o art. 1º § 2º da Resolução CNRM nº 1/2011.

Resolução nº 2, de 3 de julho de 2013 - Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento das Comissões de Residência Médica das instituições de saúde que oferecem programas de Residência Médica, e dá outras providências.

Resolução CNRM nº 1, de 16 de junho de 2011 - Dispõe sobre o estabelecimento e condições de descanso obrigatório para o residente que tenha cumprido plantão noturno.

Resolução CNRM nº 4, de 30 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a reserva de vaga para residente médico que presta Serviço Militar.

Resolução CNRM nº 1, de 8 de abril de 2010 - Dispõe sobre a duração, conteúdo programático e as condições para oferta do ano adicional de capacitação em transplantes.

Resolução CNRM nº 4, de 12 de julho de 2010 - Proíbe plantão de sobre aviso para Médicos Residentes.

Resolução CNRM nº 5, de 20 de julho de 2010 - Dispõe sobre a não ocorrência de provas de seleção para os Programas de Residência Médica no mesmo dia do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante - Enade.

Resolução CNRM nº 7, de 20 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a isenção de cobrança de taxa de inscrição para participação em processo seletivo público para ingresso em Programa de Residência Médica ao candidato que declarar-se impossibilitado de arcar com a taxa de inscrição, e comprovar renda familiar mensal igual ou inferior a 3 (três) salários-mínimos ou renda individual igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.

Resolução CNRM nº 4, de 23 de outubro de 2007 - Dispõe sobre os critérios para confecção e publicação de edital para processo seletivo de Residência Médica.

Resolução CNRM nº 2, de 20 de agosto de 2007 - Duração e conteúdo programático da Residência Médica em Cirurgia de Mão.

Resolução CNRM nº 1, de 31 de julho de 2007 - Duração e conteúdo programático da Residência Médica de Cancerologia Clínica.

Resolução CNRM nº 9, de 18 de outubro de 2006 - Duração e conteúdo programático da área de atuação em Medicina Intensiva e Pediátrica.

Resolução CNRM nº 8, de 30 de outubro de 2006 - Pré-requisitos para o Programa de Residência Médica em Endoscopia.

Resolução CNRM nº 7, de 5 de setembro de 2006 - Duração e conteúdo programático do Programa de residência médica em Cancerologia/Cirúrgica.

Resolução CNRM nº 6, de 5 de setembro de 2006 - Avaliação dos programas de residência médica.

Resolução CNRM nº 4, de 15 de setembro de 2006 - Cancelamento de Programa de Residência Médica pela não matrícula de médicos residentes com retificação do art. 1º publicado no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2006.

Resolução CNRM nº 2, de 17 de maio de 2006 - Carga horária mínima de Programa de Residência Médica.

Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2006 - Comissões Estaduais - CEREM Criação, estrutura e competência.

Resolução CNRM nº 8, de 7 de julho de 2005 - Normas para revalidação de certificados de Programas de Residência Médica expedidos por instituições estrangeiras.

Resolução CNRM nº 7, de 7 de julho de 2005 - Registro dos certificados de anos opcionais dos Programas de Residência Médica.

Resolução CNRM nº 6, de 7 de julho de 2005 - Curso Livre com metodologia de ensino a distância para aperfeiçoamento teórico de médicos residentes.

Resolução CNRM nº 5, de 7 de julho de 2005 - Estágio voluntário para residentes, como estágio optativo, em localidades de fronteira e/ou difícil acesso no País, onde haja organizações militares de saúde ou unidades civis.

Resolução CNRM nº 4, de 7 de julho de 2005 - Intercâmbio interinstitucional para criação e aprimoramento de Programas de Residência Médica em regiões carentes.

Resolução CNRM nº 3, de 1º de setembro de 2001 - Impossibilidade de realização de Processo Seletivo com programas em diligência.

Resolução CNRM nº 2, de 1º de setembro de 2001 - Registro de Certificados de Programas de Residência Médica em exigência e diligência.

Resolução CNRMS nº 3, de 14 de abril de 2022 - Dispõe sobre a estrutura e funcionamento das Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, e dá outras providências.

Resolução CNRMS nº 2, de 24 de março de 2022 - Autoriza, pelo período de 1 (um) ano, os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, submetidos no ano de 2019, para a publicação no portal do MEC (Residência Multiprofissional em Saúde).

Resolução CNRMS nº 1, de 3 de março de 2022 - Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento das Comissões Descentralizadas Multiprofissionais de Residência - CODEMUs. Alterada pela Resolução nº 4, de 12 de agosto de 2022, que altera o Anexo da Resolução CNRMS nº 1, de 3 de março de 2022, que dispõe sobre estrutura, organização e funcionamento das Comissões Descentralizadas Multiprofissionais de Residência.

Resolução CNRMS nº 1, de 24 de dezembro de 2021 - Estabelece o Regimento Interno da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS.

Resolução CNRMS nº 2, de 27 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a transferência dos profissionais residentes de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde no Brasil.

Resolução CNRMS nº 1, de 27 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o número de Programas da Residência em Área Profissional da Saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, cursados por egressos de programas.

Resolução CNRMS nº 1, de 21 de julho de 2015 - Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão de Residência Multiprofissional - Coremu das instituições que ofertam programas de residência em área profissional da saúde na modalidade multiprofissional e uniprofissional (Revogou Resolução CNRMS nº 2, de 4 de maio de 2010).

Resolução CNRMS nº 7, de 13 de novembro de 2014 - Regulamenta os processos de avaliação, supervisão e regulação de programas de Residência em Área Profissional da Saúde.

Resolução CNRMS nº 5, de 7 de novembro de 2014 - Dispõe sobre a duração e a carga horária dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional e sobre a avaliação e frequência dos profissionais de saúde residentes.

Resolução CNRMS nº 6, de 7 de novembro de 2014 - Dá nova redação ao art. 3º e 8º da Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013, que institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, e dá outras providências.

Resolução AD REFERENDUM nº 4, de 30 de agosto de 2013 - Nomeia avaliadores para composição do Banco de Avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.

Resolução CNRMS nº 3, de 20 de junho de 2013 - Dá nova redação ao art. 3º da Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013, que institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, e dá outras providências.

Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013 - Institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, e dá outras providências.

Resolução CNRMS nº 5, de 23 de novembro de 2012 - Institui o Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - SisCNRMS.

Resolução CNRMS nº 4, de 17 de outubro de 2012 - Nomeia os integrantes das Câmaras Técnicas - CT da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS.

Resolução da CNRMS nº 3, de 16 de abril de 2012 - Dispõe sobre a data de início dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, preenchimentos de vagas e desistências.

Resolução CNRMS nº 2, de 13 de abril de 2012 - Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde.

Resolução CNRMS nº 1, de 30 de janeiro de 2012 - Institui as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências.

Resolução CNRMS nº 3, de 17 de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre as licenças, trancamentos e outras ocorrências de afastamento de profissionais da saúde residentes.

Portaria Normativa MEC nº 8, de 2 de julho de 2015 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2015, e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2016.

Portaria Normativa MEC nº 9, de 29 de abril de 2016 - Dispões sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2016, e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 17, de 12 de agosto de 2016 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2016.

Portaria Normativa MEC nº 25, de 21 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2017, e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 6, de 8 de março de 2017 - Dispões sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2017.

Portaria Normativa MEC nº 12, de 6 de julho de 2017 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2017, e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 16, de 1º de setembro de 2017 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2017.

Portaria MEC nº 533, de 12 de junho de 2020 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2020.

Portaria MEC nº 534, de 12 de junho de 2020 - Dispõe sobre o Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies a partir do segundo semestre de 2020.

Portaria MEC nº 535, de 12 de junho de 2020 - Altera a Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies a partir do primeiro semestre de 2018, e dá outras providências.

Portaria MEC nº 756, de 15 de setembro de 2020 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes dos processos seletivos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies no segundo semestre de 2020.

Portaria MEC nº 1.009, de 27 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2021.

Portaria Normativa MEC nº 8, de 26 de abril de 2013 - Dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - Prouni.

Portaria Normativa MEC nº 26, de 5 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas de que trata o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010 - Regulamenta a adesão das mantenedoras ao Fies.

Portaria Normativa MEC nº 10, de 30 de abril de 2010 - Dispõe sobre os procedimentos de inscrição e contratação do Fies.

Portaria Normativa MEC nº 15, de 8 de julho de 2011 - Dispõe sobre o aditamento dos contratos do Fies.

Portaria Normativa MEC nº 25, de 22 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre a transferência de curso e/ou IES referente aos contratos do Fies.

Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre a cobrança pelas IES dos valores de encargos educacionais no âmbito do Prouni e do Fies.

Portaria SESu Nº 87, de 3 de abril de 2012 - Regulamenta a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2012.

Portaria Normativa MEC nº 19, de 31 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o encerramento antecipado dos contratos do Fies.

portaria Normativa MEC nº 28, de 28 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre suspensão temporária dos contratos do Fies.

Portaria Normativa MEC nº 7, de 26 de abril de 2013 - Regulamenta o disposto no art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Portaria Normativa nº 14, de 11 de maio de 2016 - Dispõe sobre a ampliação do número de vagas anuais autorizadas nos cursos de IES sem prerrogativa de autonomia em razão da oferta de vagas nos processos seletivos do Fies.

Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018 - Dispõe sobre o Fies a partir do primeiro semestre de 2018.

Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao primeiro semestre de 2018.

Portaria MEC nº 475, de 25 de maio de 2018 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao primeiro semestre de 2018.

Portaria MEC nº 536, de 6 de junho de 2018 - Dispõe sobre as regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil do Fies e do P-Fies referente ao processo seletivo do segundo semestre de 2018.

Portaria MEC nº 638, de 5 de julho de 2018 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao segundo semestre de 2018.

Portaria MEC nº 961, de 18 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2018.

Portaria MEC nº 1.209, de 19 de novembro de 2018 - Dispõe sobre as regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil mediante o Fies e o P-Fies referentes ao processo seletivo do primeiro semestre de 2019.

Portaria MEC nº 1.435, de 28 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao primeiro semestre de 2019.

Portaria MEC nº 952, de 3 de maio de 2019 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao segundo semestre de 2019.

Portaria MEC nº 1.499, de 29 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2019.

Portaria Normativa nº 19, de 20 de novembro de 2008 - Regulamenta os procedimentos de manutenção de bolsas do Prouni.

Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre a cobrança pelas IES dos valores de encargos educacionais no âmbito do Prouni e do Fies.

Portaria SESu nº 87, de 3 de abril de 2012 - Regulamenta a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2012.

Portaria Normativa nº 8, de 26 de abril de 2013 - Regulamenta os procedimentos de supervisão de bolsistas do Prouni.

Portaria Normativa nº 18, de 6 de novembro de 2014 - Regulamenta a adesão e emissão de Termos Aditivos no Prouni.

Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2015 - Regulamenta os processos seletivos do Prouni.

Portaria nº 1.919, de 5 de novembro de 2019 - Altera o art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 18, de 6 de novembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de Instituições de Educação Superior e a emissão de Termo Aditivo aos processos seletivos do Programa Universidade para Todos - Prouni.

Portaria nº 212, de 14 de abril de 2021 - Dispõe sobre a ocupação de bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos - Prouni.

Portaria nº 994, de 7 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a adesão e a renovação de adesão ao Programa Universidade para Todos - Prouni para participação no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2022.

Portaria nº 99, de 21 de fevereiro de 2022 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 19, de 20 de novembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos de manutenção das bolsas do Programa Universidade para Todos - ProUni, e a Portaria Normativa MEC nº 1, de 2 de janeiro de 2015, que regulamenta os processos seletivos do ProUni.

Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 18, de 6 de novembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de Instituições de Educação Superior e a emissão de Termo Aditivo aos processos seletivos do Programa Universidade para Todos - ProUni.

Portaria nº 524, de 26 de julho de 2022 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 8, de 26 de abril de 2013, que dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - ProUni, a Portaria Normativa MEC nº 1, de 2 de janeiro de 2015, que regulamenta os processos seletivos do ProUni, e dá outras providências.

Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011 - Regulamenta o art. 11 da Lei nº 11.180, de 2005, e dispõe sobre a bolsa permanência do Prouni.

Portaria Normativa MEC nº 26, de 5 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas de que trata o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.

Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação da reserva de vagas de que trata a Lei nº 12.711, de 2012.

Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012 - Dispõe sobre o SisU.

Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010 - Institui o Pnaest, destinado a ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual.

Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010 - Dispõe sobre o PET.

Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013 - Dispõe sobre o PET.

Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013 - Institui o Programa Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de educação superior.

Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 - Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes.

Instrução Normativa SESu nº 1, de 15 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a regulamentação técnica para a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria nº 760, de 7 de julho de 2022 - Dispõe sobre a oferta de novas bolsas e reabertura do prazo para análise da documentação de elegibilidade do estudante ao Programa de Bolsa Permanência - PBP e a aprovação do respectivo cadastro no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência - SISBP, para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais de ensino superior.

Ofício-Circular nº 15/2022/CGRED/DIPPES/SESU/SESU MEC, de 5 de julho de 2022 - Adesão ao serviço de emissão do Diploma Digital.

Ofício-Circular nº 3/2022/CGRED/DIPPES/SESU/SESU/MEC, de 11 de fevereiro de 2022 - Programa de Educação Tutorial - PET. Revogação de bolsas para 2022.

Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013 - Proinfância - Estabelece critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013 - Brasil Carinhoso - Estabelece critérios e procedimentos sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Portaria nº 357, de 17 de maio de 2022 - Institui o Programa Primeira Infância na Escola.

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Aprova a Base Nacional Comum Curricular - BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Portaria MEC nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017 - Homologa a BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - Aprova a BNCC para o Ensino Médio.

Portaria nº 1.348, de 14 de dezembro de 2018 - Homologa a BNCC para o Ensino Médio.

Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018 - Estabelece o Programa de Apoio à Implementação BNCC - ProBNCC.

Portaria nº 268, de 22 de março de 2018 - Estabelece o Comitê Nacional de Implementação da BNCC - Resolução CD/FNDE nº 10, de 14 de maio de 2018 - Estabelece os procedimentos para pagamento das bolsas do ProBNCC.

Resolução CD/FNDE nº 14, de 27 de junho de 2018 - Atualiza a Resolução nº 10/2018 sobre o pagamento das bolsas do ProBNCC.

Portaria nº 756, de 3 de abril de 2019 - Atualiza a Portaria nº 331/2018 sobre o ProBNCC.

Portaria nº 757, de 3 de abril de 2019 - Atualiza a Portaria nº 268/2018 sobre o Comitê Nacional de implementação da BNCC.

Portaria nº 1371, de 16 de julho de 2019 - Atualiza a Portaria nº 331/2018 sobre o ProBNCC.

Resolução CD/FNDE nº 7, de 11 de dezembro de 2019 - Atualiza a Resolução nº 10/2018 sobre o pagamento das bolsas do ProBNCC.

Portaria Nº 177, de 30 de março de 2021 - Institui o Programa Brasil na Escola.

Resolução nº 10, de 23 de julho de 2021 - Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, as escolas públicas estaduais, municipais e distritais, participantes dos Eixos Apoio Técnico e Financeiro e Valorização de Boas Práticas do Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021.

Resolução nº 1, de 1º de abril de 2022 - Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal, selecionadas no âmbito do Eixo Inovação do Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021.

Resolução CD/FNDE nº 13, de 10 de setembro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos para a utilização pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, dos saldos financeiros do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, nas modalidades Urbano e Campo - Saberes da Terra, nas ações da edição 2021, e altera as Resoluções CD/FNDE nº 11, de 6 de setembro de 2017, e nº 13, de 21 de setembro de 2017.

Resolução CD/FNDE nº 7, de 27 de junho de 2022 - Altera a Resolução CD/FNDE nº 11, de 7 de outubro de 2020, que estabelece os procedimentos para a utilização dos saldos financeiros existentes nas contas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, oriundos de transferências anteriores do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - Peja.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 - Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização - PNA, à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Educação de Jovens e Adultos a Distância.

Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021 - Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - Aprova a BNCC para o Ensino Médio.

Portaria nº 1.348, de 14 de dezembro de 2018 - Homologa a BNCC para o Ensino Médio.

Portaria nº 1.432, de 28 de novembro de 2018 - Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018 - Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

Portaria nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019 - Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI.

Resolução FNDE nº 17, de 7 de outubro de 2020 - Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos para fomento à implantação de escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos estados e do Distrito Federal.

Portaria nº 46, de 20 de novembro de 2018 - Estabelece a contratação e o pagamento de consultores individuais com recursos do acordo de empréstimo.

Resolução nº 24, de 7 de dezembro de 2018 - Estabelece os procedimentos de pagamento dos consultores individuais.

Portaria nº 30, de 30 de outubro de 2019 - Cria a estrutura da Unidade de Gestão de Projetos no âmbito do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e do Acordo de Empréstimo nº 8.812-BR e nº 8.813-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021 - Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio.

Portaria nº 733, de 16 de setembro de 2021 - Institui o Programa Itinerários Formativos.

Resolução CD/FNDE nº 22, de 16 de novembro de 2021 - Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Programa Itinerários Formativos.

Portaria nº 64, de 4 de fevereiro de 2022 - Institui o Grupo de Trabalho voltado ao Eixo Integração das Redes, no âmbito do Programa Itinerários Formativos.

Portaria nº 412, de 17 de junho de 2021 - Institui o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Portaria nº 715, de 10 de setembro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 412, de 17 de junho de 2021, que institui o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Portaria nº 811, de 14 de outubro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 412, de 17 de junho de 2021, que institui o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Edital nº 35, de 21 de junho de 2021 - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Edital nº 53/2021 - Alteração do Edital nº 35/2021 - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Edital nº 66/2021 - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Edital nº 22/2022 - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação.

Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica - BNC-Formação Continuada.

Portaria nº 571, de 2 de agosto de 2021 - Institui o Programa Educação e Família, com a finalidade de, no âmbito das escolas públicas de educação básica, fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, com foco no processo de reflexão sobre o que cada estudante quer ser no futuro e no planejamento de ações para construir esse futuro.

Portaria nº 1.041, de 20 de dezembro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 571, de 2 de agosto de 2021, que institui o Programa Educação e Família.

Resolução nº 3, de 19 de maio de 2022 - Dispõe sobre os critérios de destinação de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica municipais, estaduais e distritais, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a fim de apoiar ações de fomento à participação da família na vida escolar e no projeto de vida dos estudantes, no âmbito do Programa Educação e Família.

Portaria nº 67, de 4 de fevereiro de 2022 - Homologa o Parecer nº 2/2022/CHEFIA/GAB/SEB/SEB, de 31 de janeiro de 2022, da Secretaria de Educação Básica desta Pasta, que apresenta o piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica pública para o ano de 2022.

Portaria nº 691, de 31 de agosto de 2021 - Institui a 1ª Edição do Prêmio Escolas Públicas Brasileiras.

Portaria nº 387, de 10 de maio de 2016 - Institui a Rede de Assistência Técnica dos Planos de Carreira e Remuneração.

Portaria MEC nº 41, de 25 de janeiro de 2021 - Institui a Plataforma +PNE e dispõe sobre as ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Portaria MEC nº 515, de 13 de julho de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 41, de 25 de janeiro de 2021.

Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.

Portaria nº 126, de 21 de julho de 2022 - Define critérios da Política de Inovação Educação Conectada - PIEC para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica, no ano de 2022.

Portaria Interministerial MCOM/MEC nº 5.193, de 6 de abril de 2022 - Disciplina a implementação do Programa Internet Brasil.

Portaria Interministerial Ministério da Educação e Ministério da Cidadania nº 3, de 22 de julho de 2022 - Estabelece diretrizes, atribuições, normas e fluxos operacionais para a oferta e o acompanhamento da frequência escolar relativa às condicionalidades do Programa Auxílio Brasil.

Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019 - Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Portaria nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020 - Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Portaria nº 40, de 22 de janeiro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal.

Portaria nº 532, de 14 de julho de 2021 - Regulamenta a modalidade autofomentada das escolas participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

Portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021 - Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

Portaria nº 925, de 24 de novembro de 2021 - Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares - Ecim, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Portaria nº 852, de 7 de junho de 2022 - Altera Portaria que regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares.

Portaria MEC nº 336, de 9 de maio de 2022 - Institui Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do Ministério da Educação, com o objetivo de elaborar projeto de abordagem para a alfabetização de surdos.

Portaria Interministerial (MJ e MEC) nº 559, de 16/04/1991 - Dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas.

Portaria MEC nº 86, de 1 de janeiro de 2013 - Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, e define suas diretrizes gerais.

Portaria MEC nº 579, de 2 de julho de 2013 - Institui a Escola da Terra.

Portaria MEC nº 1.344, de 20 de novembro de 2015 - Regulamenta o cômputo das matrículas em instituições comunitárias que ofertam educação do campo e que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância e dá outras providências.

Portaria MEC nº 98, de 6 de dezembro de 2013 - Regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola e define suas diretrizes complementares.

Portaria nº 1.062, de 30 de outubro 2013 - Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais - PNTEE.

Portaria MEC nº 391, de 10 de maio de 2016 - Estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Portaria MEC nº 1.061, de 30 de outubro de 2013 - Institui a Ação Saberes Indígenas na Escola.

Resolução CD/FNDE nº 45, de 29 de agosto de 2011 - Estabelece as orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa concedidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - SECADI/MEC e pagas pelo FNDE/MEC a profissionais que atuam em cursos nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, educação em áreas remanescentes de quilombos, educação em direitos humanos, educação ambiental e educação especial, ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Renafor.

Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2007 - Estabelece as orientações quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004.

Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Parecer CNE/CEB nº 16, de 5 de junho de 2012 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012 - Define as diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

Parecer CNE/CEB nº 14, de 7 de dezembro de 2011 - Trata das Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.

Resolução FNDE nº 38, de 8 de outubro de 2013 - Estabelece as orientações e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito da Escola da Terra.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e estabelece a Educação do Campo como modalidade de ensino da Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 - Estabelece as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 - Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, incluindo os deveres dos Poderes Públicos na oferta de Educação Básica às comunidades rurais.

Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001 - Trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015 - Trata das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

Parecer CNE/CEB nº 9, de 7 de outubro de 2015 - Estabelece as orientações para a promoção do acesso de Povos Indígenas de recente contato a processos educacionais.

Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências, de acordo com Parecer CNE/CP nº 6/2014.

Parecer CNE/CP nº 6, de 2 de abril de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas.

Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Parecer CNE/CEB nº 13, de 10 de maio de 2012 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Parecer CNE/CEB nº 10, de 5 de outubro de 2011 - Trata da oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio.

Parecer CNE/CEB nº 1, de 10 fevereiro de 2011 - Responde ao questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena.

Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 - Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

Parecer CNE/CEB nº 14, de 14 de setembro de 1999 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

Portaria MEC nº 376, de 2 de fevereiro de 2005 - Incumbir ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a responsabilidade pela gestão do Programa de Reforma da Educação Profissional - Proep, autorizado pela Resolução do Senado Federal nº 112, de 18 de novembro de 1997, bem como os acordos de cooperação técnica a ele vinculados.

Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011 - Institui o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Portaria nº 4, de 23 de janeiro de 2012 - Institui o Comitê Nacional e o Comitê Executivo Nacional do Programa Nacional Mulheres Mil.

Portaria MEC nº 50, de 29 de janeiro de 2021 - Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, de Goiás, do Triângulo Mineiro e de São Paulo.

Portaria Setec nº 512, de 27 de outubro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para continuidade de execução de ações da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.

Portaria Setec nº 514, de 28 de outubro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas).

Portaria Setec nº 529, de 3 de novembro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas).

Portaria Setec nº 539, de 10 de novembro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas).

Portaria Setec nº 557, de 18 de novembro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação - Qualifica Mais Progredir, para a oferta de vagas em curso de qualificação profissional de Microempreendedor Individual - MEI na modalidade presencial, voltados a beneficiários do Programa Auxílio Brasil, com o objetivo de promover a sua inclusão produtiva.

Portaria Setec nº 566, de 19 de novembro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos financeiros referentes às ações da Bolsa-Formação executadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

Portaria Setec nº 580, de 26 de novembro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação - Qualifica Mais Progredir, para a oferta de vagas em curso de qualificação profissional de Microempreendedor Individual - MEI, na modalidade presencial, voltados a beneficiários do Programa Auxílio Brasil, com o objetivo de promover a sua inclusão produtiva.

Portaria Setec nº 569, de 29 de novembro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de formação inicial e continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação - Qualifica Mais Progredir, para a oferta de vagas em curso de qualificação profissional de Microempreendedor Individual - MEI, na modalidade presencial, voltados a beneficiários do Programa Auxílio Brasil, com o objetivo de promover a sua inclusão produtiva.

Portaria Setec nº 600, de 3 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação - Qualifica Mais Progredir, para a oferta de vagas em curso de qualificação profissional de Microempreendedor Individual - MEI, na modalidade presencial, voltados a beneficiários do Programa Auxílio Brasil, com o objetivo de promover a sua inclusão produtiva.

Portaria MEC nº 1.042, de 21 de dezembro de 2021 - Estabelece as normas para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

Portaria Setec nº 358, de 23 de maio de 2022 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas).

Portaria Setec nº 359, de 26 de maio de 2022 - Autoriza o fomento, via Bolsa-Formação, de cursos de qualificação profissional.

Portaria Setec nº 512, de 13 de junho de 2022 - Regulamenta o disposto no 6º do art. 5º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para disciplinar o processo de concessão de bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portaria Setec nº 593, de 29 de junho de 2022 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas).

Portaria Setec nº 606, de 8 de agosto de 2022 - Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas).

Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Portaria MEC nº 31, de 15 de setembro de 2015 - Dispõe sobre a atualização da Marca IF dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portaria MEC nº 92, de 16 de fevereiro de 2016 - Estabelece a forma de divulgação do cronograma para realização dos processos de consulta à comunidade escolar para os cargos de Reitor e Diretor-Geral de Campus no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portaria nº 15, de 11 de maio de 2016 - Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Plafor, e outras providências.

Portaria Setec nº 1, de 3 de janeiro de 2018 - Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Revalide.

Portaria Setec nº 8, de 28 de maio de 2019 - Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes de Rede Federal - CPPE, e dá outras providências.

Portaria nº 207, de 6 de fevereiro 2020 - Institui o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Portaria MEC nº 573, de 3 de julho de 2020 - Institui e regulamenta o Comitê Técnico para o Acompanhamento da Política de Educação a Distância da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e dá outras providências.

Portaria MEC nº 606, de 31 de julho de 2020 - Designa representantes, titulares e suplentes, do Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Portaria MEC nº 938, de 18 de novembro de 2020 - Estabelece as diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 1.096, de 30 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais, sobre a antecipação de conclusão de cursos e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas dos cursos da educação profissional técnica de nível médio, das instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19.

Portaria MEC nº 51, de 29 de janeiro de 2021 - Autoriza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Ifsuldeminas a realizar programa de gestão, na modalidade teletrabalho, nas atividades inerentes à sua competência, condicionado à efetiva mensuração dos seus

resultados. Portaria da CGGP/MEC, e não da Setec.

Portaria nº 146, de 25 de março de 2021 - Define os conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 270, de 3 de maio de 2021 - Altera o art. 3º da Portaria nº 983, de 18 de novembro de 2020, que estabelece as diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria nº 282, de 11 de maio de 2021 - Aprova o Regulamento do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT.

Portaria MEC nº 297, de 17 de maio de 2021 - Dispõe sobre o remanejamento e a redistribuição de cargos entre o Ministério da Educação e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 318, de 20 de maio de 2021 - Delega competência à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para nomear membros do Conselho Diretor dos Cefets e define aspectos relacionados à designação de membros dos Conselhos Superiores dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II.

Portaria MEC nº 319, de 20 de maio de 2021 - Institui a Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e dá outras providências.

Portaria Setec nº 277, de 15 de junho de 2021 - Designa os membros da Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e dá outras providências.

Portaria nº 514, de 13 de julho de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição de cargo do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano.

Portaria MEC nº 600, de 5 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição de cargo do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

Portaria MEC nº 609, de 9 de agosto de 2021 - Dispõe sobre o remanejamento e a redistribuição de um cargo de Técnico em Assuntos Educacionais.

Portaria MEC nº 610, de 9 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição de cargo do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

Portaria MEC nº 626, de 10 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição de cargos do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Portaria MEC nº 645, de 17 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Itaboraí, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

Portaria MEC nº 682, de 26 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição de cargo do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.

Portaria MEC nº 709, de 3 de setembro de 2021 - Dispõe sobre a redistribuição de cargo do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.

Portaria MEC nº 713, de 8 de setembro de 2021 - Estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, define os parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II.

Portaria MEC nº 730, de 14 de setembro de 2021 - Redistribui cargos do Ministério da Educação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Portaria Setec nº 472, de 21 de setembro de 2021 - Dispõe sobre os critérios e a forma de escolha dos representantes do Ministério da Educação nos Conselhos Superiores dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II.

Portaria Setec nº 490, de 5 de outubro de 2021 - Altera a Portaria nº 277, de 15 de junho de 2021, que designa os membros da Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria Setec nº 491, de 7 de outubro de 2021 - Institui a Plataforma Aprenda Mais - Cursos abertos e online da Rede Federal e o Comitê Gestor da Plataforma.

Portaria MEC nº 808, de 14 de outubro de 2021 - Altera a Portaria nº 319, de 20 de maio de 2021, que institui a Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Portaria MEC nº 922, de 23 de novembro de 2021 - Redistribui cargos do Ministério da Educação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Portaria MEC nº 962, de 1º de dezembro de 2021 - Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece as orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 973, de 1º de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Presidente Kennedy, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.

Portaria MEC nº 45, de 21 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre o remanejamento e a redistribuição de cargos entre o Ministério da Educação e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 44, de 21 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre a redistribuição de Cargos de Direção e Funções Gratificadas entre o Ministério da Educação e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 46, de 24 de janeiro de 2022 - Altera a Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes complementares à Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 65, de 4 de fevereiro de 2022 - Dispõe sobre a redistribuição de cargos do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.

Portaria MEC nº 79, de 10 de fevereiro de 2022 - Altera a Portaria MEC nº 319, de 20 de maio de 2021, que institui a Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Portaria MEC nº 135, de 4 de março de 2022 - Redistribui cargo e seu respectivo código de vaga, do Ministério da Educação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Portaria Setec nº 137, de 25 de fevereiro de 2022 - Altera as alíneas "a" e "b", do inciso II, do art. 1º da Portaria Setec nº 277, de 15 de junho de 2021.

Portaria MEC nº 169, de 14 de março de 2022 - Dispõe sobre o remanejamento e a distribuição de Funções Gratificadas entre o Ministério da Educação e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria Setec nº 155, de 16 de março de 2022 - Aprova, nos termos do Anexo, o Regimento Interno do Comitê Técnico de Trabalho para monitorar e avaliar as ações estruturantes para desenvolver a Educação no Mundo 4.0 e a Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Digital.

Portaria Setec nº 167, de 22 de março de 2022 - Dispõe sobre a implantação, o funcionamento e a política de fomento dos Polos de Inovação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais) e no Colégio Pedro II e revoga a Portaria nº 37, de 29 de outubro de 2015.

Portaria Setec nº 268, de 4 de maio de 2022 - Altera o art. 1º da Portaria nº 277, de 15 de junho de 2021.

Portaria MEC nº 320, de 4 de maio de 2022 - Altera a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre o caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação da pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19.

Portaria Setec nº 270, de 6 de maio de 2022 - Prorroga o prazo de vigência do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 604, de 8 de dezembro de 2021, por 30 (trinta) dias.

Portaria Setec nº 299, de 6 de maio de 2022 - Dispõe sobre os indicadores de Pesquisa e Extensão a serem utilizados pelas Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT).

Portaria Setec nº 300, de 9 de maio de 2022 - Prorroga o prazo de vigência do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Setec nº 603, de 8 de dezembro de 2021, por 30 (trinta) dias.

Portaria Setec nº 321, de 27 de maio de 2022 - Dispõe sobre o Sistema de Monitoramento do resultado do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos indicadores de Rede das atividades das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT).

Portaria MEC nº 408, de 7 de junho de 2022 - Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi Laranja da Terra e Pedro Canário, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.

Portaria Setec nº 447, de 9 de junho de 2022 - Altera a Portaria Setec nº 603, de 8 de dezembro de 2021, que instituiu o Grupo de Trabalho - GT, com a finalidade de elaborar e apresentar proposta de critérios e procedimentos para alteração de tipo de unidade e criação de novas unidades de ensino, conforme art. 16 da Portaria MEC nº 713, de 2021.

Portaria MEC nº 415, de 10 de junho de 2022 - Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi Miracatu, Presidente Prudente e Rio Claro, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Portaria MEC nº 418, de 13 de junho de 2022 - Dispõe sobre a distribuição de Funções Comissionadas de Coordenação de Curso, do Ministério da Educação para as Instituições Federais de Ensino que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 615, de 18 de agosto de 2022 - Institui o Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética nas Instituições Federais de Educação - EnergIFE, o seu Conselho Consultivo e dá outras providências.

Portaria MEC nº 646, de 25 de agosto de 2022 - Institui a Matriz de Distribuição Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT.

Portaria MEC nº 649, de 30 de agosto de 2022 - Dispõe o remanejamento e a redistribuição de cargos entre o Ministério da Educação e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2014 - Estabelece os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos para a concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC aos docentes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, por meio de processo avaliativo especial.

Resolução nº 2, de 30 de setembro de 2014 - Altera a Resolução nº 1/2014, que estabelece os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos a serem considerados no processo de Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Resolução nº 3, de 8 de junho de 2021 - Estabelece os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos para a concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC aos docentes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, por meio de processo avaliativo especial.

Resolução nº 4, de 19 de novembro de 2021 - Estabelece os critérios mínimos relacionados à análise de mérito e operacionalização, a serem observados pela Comissão de Análise de Regulamentos - CAR, quando da análise das minutas de regulamentos encaminhadas pelas Instituições Federais de Ensino - Ifes.

Resolução nº 5, de 19 de novembro de 2021 - Estabelece as diretrizes, critérios e orientações para composição do Banco Nacional de Avaliadores para o processo de Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Resolução nº 6, de 19 de novembro de 2021 - Estabelece que a composição da Comissão de Análise de Regulamentos - CAR, observará a Portaria nº 282, de 11 de maio de 2021, do Ministério da Educação - MEC, e será constituída pelos membros do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - Cprsc.

Resolução do nº 7, de 8 de março de 2022 - Altera a Resolução Cprsc nº 3 de 8 de junho de 2021, que estabelece os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos para a concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC aos docentes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, por meio de processo avaliativo especial.

Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016 - Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Portaria nº 1.717, de 8 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a prerrogativa de a Setec emitir códigos autenticadores dos diplomas de cursos técnicos ofertados por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes.

Portaria MEC nº 573, de 3 de julho de 2020 - Institui e regulamenta o Comitê Técnico para o Acompanhamento da Política de Educação a Distância da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e dá outras providências.

Portaria Setec nº 487, de 31 de agosto de 2020 - Dispõe sobre a aprovação tácita para os atos públicos de liberação de responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Portaria Setec nº 28, de 21 de janeiro de 2021 - Divulga o resultado parcial de pedidos de autorização de cursos técnicos feitos por Instituições Privadas de Ensino Superior no período de 1º de julho a 31 de agosto de 2020.

Portaria Setec nº 81, de 25 de fevereiro de 2021 - Divulga o resultado de pedidos de autorização de cursos técnicos feitos por Instituições Privadas de Ensino Superior no período de 1º de julho a 31 de agosto de 2020, em complementação ao resultado da Portaria Setec nº 28/2021.

Portaria Setec nº 107, de 11 de março de 2021 - Divulga a autorização de curso técnico para a IES 1575 - Centro Universitário do Planalto de Araxá, após deferimento de pedido de reconsideração, conforme Processo nº 23000.019847/2020-15.

Portaria Setec nº 226, de 13 de maio de 2021 - Divulga a autorização de cursos técnicos a serem ofertados por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes, após deferimento de pedido de reconsideração, de acordo com Portaria MEC nº 1.718/2019.

Portaria Setec nº 247, de 26 de maio de 2021 - Prorroga, até 30 de agosto de 2021, o prazo de análise dos pedidos de reconsideração recebidos em março de 2021, relativos aos pedidos de autorização de cursos técnicos protocolados por Instituições Privadas de Ensino Superior em julho e agosto de 2020.

Portaria Setec nº 251, de 1º de junho de 2021 - Convalida as Portarias referentes à oferta de cursos técnicos pelo Instituto Benjamin Constant - IBC, conforme os autos do Processo nº 23000.036621/2018-64.

Portaria Setec nº 437, de 6 de setembro de 2021 - Divulga o resultado parcial da análise dos pedidos de autorização de cursos técnicos protocolados por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes, e altera o art. 2º, da Portaria nº 247, de 26 de maio de 2021, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec.

Portaria MEC nº 810, de 14 de outubro de 2021 - Estabelece as normas e procedimentos para a oferta de cursos técnicos ofertados pelo Instituto Benjamin Constant - IBC.

Portaria Setec nº 530, de 4 de novembro de 2021 - Aprova o Regimento Interno do Comitê Técnico de Trabalho para acompanhamento das ações constantes do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 10.065, decorrentes da instituição do Re-Saber - Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais, no âmbito do Ministério da Educação, na forma do Anexo I.

Portaria Setec nº 31, de 18 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec.

Portaria MEC nº 32, de 18 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre a integração dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ao Sistema Federal de Ensino, no que tange aos cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional com carga horária igual ou superior a 160 (cento e sessenta) horas.

Portaria MEC nº 244, de 8 de abril de 2022 - Institui o Grupo de Trabalho - GT dos Coordenadores/Gestores de Educação Profissional e Tecnológica dos estados e do Distrito Federal com a finalidade de elaborar diretrizes para parcerias no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Portaria MEC nº 314, de 2 de maio de 2022 - Dispõe sobre a habilitação e autorização para a oferta de cursos técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior - IPES.

Portaria MEC nº 338, de 11 de maio de 2022 - Institui o Grupo de Trabalho - GT com representantes das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para elaboração de diretrizes para as parcerias no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Portaria Setec nº 301, de 12 de maio de 2022 - Autoriza o Instituto Benjamin Constant - IBC a ofertar o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas nos termos da Portaria nº 810, de 14 de outubro de 2021.

Portaria Setec nº 604, de 2 de agosto de 2022 - Institui Comissão de Coordenação da Avaliação de Pedidos de Autorização de Cursos Técnicos encaminhados por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes.

Portaria Interministerial nº 5, de 23 de setembro de 2022 - Dispõe sobre a equivalência dos Cursos Superiores de Tecnologia e dos Cursos de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas.

Portaria nº 635, de 17 de julho de 2013 - Dispõe sobre a equivalência dos cursos superiores do ensino militar, ministrados no âmbito federal, aos cursos superiores de graduação do sistema federal de ensino.

Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 - Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017 - Dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área da educação.

Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da Educação Superior no Sistema Federal de Educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

Portaria MEC nº 328, de 5 de abril de 2018 - Dispõe sobre a suspensão do protocolo de pedidos de aumento de vagas e de novos editais de chamamento público para autorização de cursos de graduação em Medicina e institui o Grupo de Trabalho para análise e proposição acerca da reorientação da formação médica.

Portaria nº 330, de 5 de abril de 2018 - Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria MEC nº 523, de 1º de junho de 2018 - Dispõe sobre as Instituições de Ensino Superior que ofertem cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, ou ofertem cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais, poderão protocolizar pedidos de aumento de vagas destes cursos, uma única vez, por meio de ofício formal à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que serão analisados de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria.

Portaria MEC nº 572, de 18 de junho de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de monitoramento para o funcionamento dos cursos de graduação em Medicina em instituições de educação superior privadas, no âmbito dos editais de chamamento público referentes ao Programa Mais Médicos.

Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018 - Dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

Portaria MEC nº 1.302, de 4 de dezembro de 2018 - Altera a Portaria MEC nº 328, de 5 de abril de 2018.

Portaria normativa nº 741, de 2 de agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino.

Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de Instituições de Educação Superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Portaria nº 554, de 11 de março de 2019 - Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria MEC nº 332, de 13 de março de 2020 - Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.

Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020 - Dispõe sobre a suspensão provisória dos processos administrativos relativos ao CEBAS-Educação, até a análise definitiva do Mandado de Segurança nº 26.038/DF.

Portaria MEC nº 117, de 26 de fevereiro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, para ampliar o prazo para a implementação do diploma digital pelas Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Federal de Ensino.

Portaria MEC nº 548, de 20 de julho de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, que dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação, no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

Portaria MEC nº 1.001, de 8 de dezembro de 2021 - Altera a Portaria MEC nº 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, e a Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria MEC nº 343, de 12 de maio de 2022 - Altera a Portaria MEC nº 523, de 1º de junho de 2018.

Portaria MEC nº 397, de 2 de junho de 2022 - Revoga-se a Portaria MEC nº 204, de 25 de março de 2022, publicada em 29 de março de 2022, e estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2022.

Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369, de 8 de julho de 2013 - Dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.